

A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA SÓCIO-ANTROPOLÓGICA

Joaquim Anécio Almeida*

R E S U M O

O artigo tenta expor algumas idéias sobre a Extensão Rural, considerada sob a ótica da antropologia social. Nesta ótica o conceito de cultura é relevante, para uma discussão rural e tentar integrar os objetivos da ação extensionista dentro dos princípios normativos da cultura local.

Palavras-chave: extensão rural, cultura, operação participativa

RURAL EXTENSION IN A SOCIO-ANTHROPOLOGICAL PERSPECTIVE

S U M M A R Y

The article deals with some ideas of Rural Extension, considered from socio-anthropological point of view. The concept of culture is discussed as relevant for the knowledge of values and beliefs of rural extension with the norms and principles of local culture.

Key words: rural extension, culture, participation

* Prof. Tit. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, UFSM e Pesquisador do CNPq., Universidade Federal de Santa Maria, 97.119-900 - Santa Maria - RS.

Ci. Flor., Santa Maria, v.2, n.1, p.133 - 139, 1992.

A extensão rural, entendida como um programa de atendimento ao produtor rural, é um fenômeno universal. Nos países em desenvolvimento, a extensão rural é igualmente uma atividade do governo, estando envolvidas nessa atividade as cooperativas e as agro-indústrias. Nos países desenvolvidos, a assistência ao agricultor é providenciada pela própria organização de classe (por exemplo: Boerenbond nos Países Baixos) e pelas agências privadas, reservando-se ao poder público a solução de problemas específicos e a ajuda aos grupos ou áreas marginalizadas. É evidente que o objetivo dos serviços de extensão rural é melhorar o nível de vida da população rural pelo incremento na produção e produtividade agrícola e pela utilização racional dos meios econômicos para fins sociais. Experiências e pesquisas têm demonstrado que, à medida em que a extensão começa a agir nas famílias e comunidades rurais, as mudanças são ocasionadas. Essas mudanças influenciam e interagem com outros aspectos da sociedade e sua economia. Os resultados, sendo acumulativos, desencadeiam o processo de mudança. Assim, a extensão rural, apesar do seu cunho administrativo, pode ser concebida como um processo social e não unicamente um sistema ou programa a ser administrado. Na sua universalidade, a mesma engloba diferenças e similitudes. As diferenças provêm das variações ambientais e culturais; as similitudes surgem das necessidades e experiências comuns dos seres humanos.

A contribuição da extensão rural consiste em tentar resolver os problemas práticos pela aplicação do conhecimento científico, derivado da pesquisa. O conhecimento científico é baseado no pressuposto da uniformidade das leis naturais e de que certas predições podem ser feitas de acordo com essas leis. A ciência, neste sentido, é impessoal, sem limites geográficas ou culturais. Ela pode ser orientada tanto para o progresso da humanidade como para a sua destruição. Do ponto de vista da antropologia, a cultura por mais primitiva que seja, tem uma dimensão científica na medida em que exerce alguma espécie de controle sobre seu ambiente, suas necessidades e desejos.

O conhecimento científico, nos últimos duzentos anos, expandiu-se de um modo incrível. No campo da agricultura onde é exercido o controle sobre as forças de natureza, dirigindo-as para a produção de alimentos, os progressos têm sido rápidos. Neste contexto, a extensão rural tem uma importante contribuição a dar especialmente nos países em desenvolvimento. E a reflexão sobre a contribuição da extensão rural na solução dos problemas do homem rural deve passar necessariamente pela reflexão dos princípios que a norteiam.

O princípio básico da atividade extensionista é que qualquer programa deve estar em harmonia com a cultura da população envolvida.

A cultura engloba o todo do ser social do homem e pode ser observada na vida dos agrupamentos humanos. A definição da cultura inclui: 1) os métodos, implementos e as habilidades utilizadas pelo homem para prover o seu sustento; 2) costumes, hábitos e normas de organização que dão suporte a sua vida comunitária; e 3) crenças, valores e práticas. Em síntese, a cultura consiste de um conjunto de modo de vida, de organização social, e de atitudes, valores e crenças. Não existe povo que não tenha cultura.

A cultura na sua totalidade é muito importante para qualquer comunidade para a manutenção da sua identidade, pois os comportamentos são racionalizados em termos de valores assimilados. Quanto mais simples é uma comunidade, menor experiência ela possui para enfrentar o impacto da mudança e mais persistente ela se agarra à sua cultura. A cultura constitui-se algo de intocável na luta pela sobrevivência e liberdade. O trabalho de extensão rural perderá em eficiência se não entender a cultura da população trabalhada e se o trabalho não estiver em harmonia com a mesma. Embora certos costumes e tabus apareçam anacrônicos para o pesquisador treinado nos moldes científicos, cada cultura representa séculos de operação efetiva em termos do ambiente daqueles que a detêm. A cultura é o resultado de experiências passadas. As suas raízes são profundas, penetrando cada

célula e fibra da sociedade. Neste contexto, a mudança deve ser entendida como um processo de assimilação gradativa peculiar a cada sociedade, de outros valores.

Outro princípio básico da extensão, dentro da visão cultural e que reconhece a existência da sabedoria popular, é o princípio de operação participativa. Um programa imposto e contrário aos valores culturais da comunidade ou da sociedade encontrará resistência baseada no princípio da cultura. Se o programa é sustentado sob pressão, o mesmo poderá ser executado. Se a pressão é exercida por vários anos, o programa pode até ter o sucesso. A ação participativa é geralmente o caminho mais rápido para alcançar objetivos a longo prazo quando esses refletem o bem-estar em termos individuais e da comunidade e não em termos do programa considerado isoladamente. Além do mais, o processo participativo constroe a boa vontade ao invés de gerar insatisfação e resistência. Não é difícil pensar num programa ideal em termos de cultura local e através da ação da extensão rural conseguir que valores antigos cedam lugar a novos, criando o desejo de mudança.

Não se nega que em situações emergenciais, enfrentadas pelos extensionistas ou outras atividades rurais, se tenha que exercer uma pressão para alcançar um determinado objetivo. Neste caso, a pressão tem que ser exercida por uma agência administrativa e não uma agência educacional, cujos objetivos devem estar ligados aos programas de longo prazo. Há evidência nas pesquisas e experiências em extensão de que, quando a população rural percebe que os serviços de extensão de que, quando o seu bem e quando a mesma participa do planejamento e operação dos programas, o sucesso é rápido, contínuo e profundo.

O princípio de operação participativa reconhece que a extensão é um processo de troca, isto é, de dar e receber. É evidente que a extensão tem uma mensagem a comunicar, mas deve-se levar em consideração que a população rural possui um acervo de conhecimentos interiorizados. A população rural tem muito maior conhecimento sobre os elementos do seu ambiente e

sobre seus problemas do que um extensionista. O sentido de ponderação (ou de resistência) do agricultor deve ser respeitado e o conhecimento local deve ser recolhido e trabalhado sob forma de pesquisas cujos resultados deverão alimentar a atividade de extensão, para o benefício da população.

Implícito no princípio de operação participativa é o princípio de que a extensão deve trabalhar com a comunidade. A comunidade não é um isolado sociológico mas um conjunto populacional que reflete impactos das forças econômicas e sociais nacionais e internacionais. Esses impactos são sentidos no local ou ambiente onde a população mora. Uma peste espalha-se de propriedade em propriedade; o preço de soja no mercado internacional determina o comportamento do produtor á nível local. Por razões como estas, a extensão deve abranger todas as categorias da população rural, do grande proprietário ao pequeno produtor, bem como o arrendatário ou o parceiro.

Além disso, há necessidades que são comunitárias. É óbvio que problemas de cada propriedade rural ou unidade doméstica não podem ser ignoradas. Na medida em que as famílias rurais tornam-se mais conscientes das suas necessidades e das suas potencialidades, apreendem o domínio das técnicas e tecnologias e sabem programar o tipo de vida que desejam para si e para seus filhos; espera-se que o bem estar comunitário torne-se o centro de muitos programas.

Há que se trabalhar com as famílias. A família é célula fundamental nas sociedades primitivas e mesmo nas sociedades avançadas. A agricultura é ainda uma empresa familiar onde há participação de toda a mão-de-obra disponível. A família deve ser a unidade base da atividade de extensão. No âmbito de uma visão limitada, uma inovação agrícola, pode perturbar o equilíbrio e ser prejudicial á família. Em certos momentos, comprar uma máquina de lavar roupa ou de lavar louça é melhor, sob o ponto de vista familiar, mesmo em termos econômicos, do que comprar um trator novo.

É um princípio cardeal de extensão que o programa deve ser o mesmo tempo simples e compreensivo. O programa deve ser apoiado nas necessidades vitais, sentidas pela população. É evidente que a função da liderança da extensão rural é de ajudar a população a descobrir as necessidades que são desconhecidas. A força das tradições e o apego aos costumes podem ser rompidos por uma habilidosa educação. Sobretudo, no início do trabalho de extensão é importante começar com projetos cuja significância é facilmente reconhecida ou pode ser facilmente demonstrada. Se os projetos iniciais são simples e bem sucedidos a população tem confiança no extensionista e na organização que representa. Após isso, podem ser introduzidos projetos mais difíceis e mais importantes. Assim, o programa evolue e progride, essencialmente quando o extensionista aproveita integralmente a situação local e usa materiais que são familiares à população.

O programa não deve ser elaborado exclusivamente pelo extensionista. Devem contribuir, além da população beneficiária, outras agências especializadas. O extensionista não tem condições de atender pessoalmente a todas as famílias. É preciso treinar os líderes que multiplicarão os seus esforços. Esses líderes podem beneficiar-se do treinamento recebido e repassar para outros a sua experiência. É bastante conhecido que o testemunho de uma pessoa local para outra sobre a conveniência e praticidade de procedimentos sugeridos é muito estimado pelo produtor rural para adoção de novas práticas.

Três princípios devem ser mencionados com relação aos programas da comunidade. Primeiro, quanto mais simples uma comunidade, mais detalhado deve ser o programa. Numa comunidade simples e isolada haverá poucas agências sociais mas muitas necessidades. Talvez a primeira necessidade econômica da população seja o transporte para escoamento da produção ou persuadí-la a usar sandálias a fim de se prevenir contra infecções. Assim, aspectos como saúde, nutrição, educação e outros devem fazer parte de um programa bem

elaborado de extensão. Se outras agências estão já atuando na comunidade, a extensão deve recorrer aos seus serviços em vez de introduzir serviços equivalentes paralelos.

Segundo, a população rural pensa em termos individuais e de sua comunidade. Portanto, um programa balanceado deve considerar tanto quanto extensamente possível as necessidades da vida rural. Quando não existem outras agências de desenvolvimento rural, a extensão deverá trabalhar sozinha.

O terceiro princípio no planejamento em extensão é que os programas devem adaptar-se ao orçamento financeiro ou o orçamento deve ajustar-se ao programa. É comum observar programas de extensão ter um começo auspicioso mas que nunca foram concluídos. Em tais circunstâncias, a população rural desanima-se facilmente. Em relação ao planejamento financeiro, é preciso obter a colaboração dos beneficiários na sustentação do programa, mesmo que seja em menor escala.

Assim, os programas de extensão rural, como qualquer programa de desenvolvimento, deve ter além de uma justificativa técnico-econômica, uma aceitação sócio-cultural onde o velho mistura-se com o novo e as tradições incorporam-se e adaptam-se a nova sociedade emergente.